

UM OLHAR SOBRE O FENÔMENO DA MATERNIDADE NATURALISTA: REFLETINDO SOBRE O PROCESSO DE MATERNAGEM

Camilla Araújo Lopes Vieira¹

Alana Aragão Ávila²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo fomentar a discussão em torno do tema da maternidade, especialmente no que diz respeito à maternidade naturalista e sua formulação discursiva. Traçando um percurso histórico em torno das modificações culturais no ocidente a respeito das formas de maternagem e da figura da boa mãe, analisamos como o discurso naturalista estabelece no século XXI um parâmetro moral para o correto exercício da maternidade, visto como humanizado, ecológico e consciente e como esse discurso age no corpo social, especialmente no que diz respeito à categoria das mulheres-mães.

Palavras-chave: maternidade; feminismo; gênero.

Abstract: This work aims to broaden the discussion around the theme of motherhood, especially with regard to the naturalistic maternity and its discursive formulation. Drawing a historical journey around the cultural changes in the West about the forms of motherhood and good mother figure, we analyze how the naturalistic speech traces the twenty-first century a moral parameter for the correct exercise of motherhood, seen as humane, ecological and conscious and how this discourse works in the social body, especially with regard to the category of women-mothers.

Key words: maternity; feminism; gender.

Introdução

Existem alguns estereótipos relacionados ao “ser mulher”, dentre eles a

1 Doutora em Saúde Coletiva. Professora da Universidade do Ceará. E-mail: tgdcamilla@gmail.com

2 Mestranda no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alanaavila01@yahoo.com.br

necessidade de tornar-se mãe. Em uma sociedade onde a ordem vigente ainda é a construção da família nuclear burguesa, conseqüentemente heteronormativa e patriarcal, a maternidade é, por vezes, apresentada como a representação máxima da feminilidade e realização da mulher.

Sempre nos inquietou a relação que a sociedade tem com mulheres grávidas. Ao mesmo tempo em que elas são sacralizadas, são também fiscalizadas para tomarem atitudes compatíveis com o que se entende por uma ‘boa mãe’. Essas mulheres têm seus corpos tomados como públicos, e assim, são orientadas, repreendidas, aconselhadas, tocadas e faladas por praticamente todos que as cercam, especialmente outras mulheres. Essa relação entre mulheres foi a primeira coisa que chamou atenção no tema.

Durante os cinco anos de graduação do curso de Psicologia, alguns elementos auxiliaram a compreender a necessidade de problematizar e descristalizar temas que, por vezes, parecem imutáveis como, por exemplo, os ideais de família. O contato com a filosofia, a sociologia e a psicanálise propiciou uma base na qual trabalhar esses temas que geralmente são delegados ao nível do indiscutível, sob a naturalização das práticas diárias.

Muito além do senso comum precisamos então admitir algo: a maternidade é construída. Não é inata e muito menos natural, é construção cultural. Quando Simone de Beauvoir (1967) disse em uma de suas obras mais famosas “não se nasce mulher, torna-se mulher” ela disse em uma frase simples uma forma de enxergar a construção da nossa sociedade e papéis que se desenvolvem nela: o gênero.

Cotidianamente construímos verdades sobre gênero, sobre o que é ser homem ou mulher. A partir dessas construções são designados papéis sociais que enquadram os sujeitos dotados desses gêneros através de afinidades de cunho ‘natural’ que seriam tomados como parte inata dos sujeitos. A feminilidade vem sendo construída de modo a definir o sujeito mulher, além de arrastar com esse significante, tantos outros tais como: dócil, frágil, afável, passiva e destinada à procriação e vida doméstica (NUNES, 2000). Ser mulher, de acordo com tais construções, é ser mãe e a mãe é, assim, um dos personagens através nos quais a sociedade perpetua seu poder sobre o corpo social. A construção de discursos e práticas relacionados à maternidade e ao corpo feminino são produtoras de

subjetividades e como tal, interfere diretamente na vivência das mulheres, sejam as que se enquadram na categoria mulher-mãe ou as que, por outro lado, estão incluídas do lado de fora desse paradigma.

Atualmente, há uma tensão no que se refere às questões da condução dos processos de gestação/parto/cuidados com o bebê entre duas categorias que iremos discurrir: maternidade naturalista (BADINTER, 2012) e maternidade científica (FREIRE, 2009). Em contraponto à maternidade científica, herdeira do modelo biomédico de apropriação do corpo, vista como ultrapassada e danosa para a relação mãe-filho, a maternidade naturalista vem sendo apresentada como uma nova forma de maternar, mais natural, inclusiva e livre onde a mulher poderia, enfim, retomar o lugar de protagonista nos processos da maternidade, papel esse que teria sido retirado dela através da extensa medicalização desse momento, visto como único e essencial na vida de toda mulher.

Perguntamo-nos então: a maternidade naturalista é, de fato, uma ação libertadora para as mulheres? Ou repete a armadilha dos discursos disciplinadores em torno das atitudes reconhecidas como normais/naturais? Analisamos, então, a construção ocidental do conceito de maternidade, as transformações culturais em torno da mesma e, enfim, as modificações no século XXI que trouxeram o naturalismo como pauta dos discursos maternalistas e qual influência destes na construção da figura da boa-mãe.

A mulher como mãe: construção da imagem materna ocidental

No final do século XVII, como aponta Nunes (2000), a questão da maternidade sofreu uma reviravolta que vinha sendo ensaiada desde a primeira parte do século em questão, passando a figurar como interesse central do Estado no que dizia respeito à vida da mulher e da família. Com o aumento das taxas de mortalidade infantil na França e o novo ideal econômico de ascensão da burguesia, as mulheres foram convocadas a tomar as rédeas da criação e cuidados com os próprios filhos em uma tentativa de barrar a taxa de mortalidade e, assim, fornecer futuros cidadãos sadios e competentes para a sociedade francesa, especialmente trabalhadores ativos.

Para entender essa mudança de paradigma é preciso apontar alguns aspectos

sobre a situação da mulher, da criança e da família antes da modernidade. Ariès (1981) argumenta que a passagem da criança pelo seio familiar era breve e praticamente desimportante. Nos seus primeiros anos de vida, enquanto era vista como um ser “engraçadinho”, a criança era alvo de uma espécie de “paparicação”, mas não tinha função afetiva mais elevada.

Em um período onde o objetivo era a conservação e multiplicação dos bens, a criança não tinha utilidade enquanto não podia auxiliar na perpetuação desses ideais. A educação das crianças não era reservada às famílias ou à escola – até então, instituição inexistente- e logo que passavam os primeiros anos de vida elas eram encaminhadas para fora do ambiente familiar.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. (ARIÈS, 1981, p.10).

Na Idade Média e na Antiguidade a mulher ainda não era a principal responsável pela educação e desenvolvimento das crianças, como esclarece Nunes (2000), mas esta afirma que é justamente quando a questão da mortalidade e sobrevivência das crianças passou a ser um problema de Estado que elas foram convocadas a assumir esse papel.

Em uma análise possível, partindo dos relatos de Ariès (1981) em relação à família e à maternidade, nota-se que o apego emocional em relação às crianças era evitado, inclusive, por causa da questão da dificuldade de sobrevivência dessas crianças nos primeiros anos de vida, dada inclusive, às questões de higiene na Europa medieval. O processo de cuidado e educação da criança não ficava objetivamente como responsabilidade exclusiva da mãe e tampouco do pai. A mulher, nesse cenário, tinha responsabilidade de contribuir para a conservação dos bens materiais da família, além de estar submissa ao homem, centro da família. A criança pequena que não tinha até então utilidade - além da alegórica- não fazia parte dos interesses centrais da família.

Com o início da modernidade, porém, mudanças significativas no ambiente intrafamiliar europeu fizeram surgir uma série de demandas que colocavam então a criança no centro da família moderna. A criação das escolas e das especialidades médicas, que davam conta do desenvolvimento correto e saudável da criança no âmbito físico e psicológico, convocaram a burguesia a reorganizar a família de modo a colocar a criança como o núcleo da organização familiar (ARIÈS, 1981).

A consolidação do papel central da criança no seio familiar está presente na Europa, coligado ao ideal de construção de uma burguesia forte, dotada de indivíduos sadios. Nesse momento histórico, juntamente com outras variáveis que margeiam o tema de nossa pesquisa, é que a mulher entra como ferramenta do Estado para a perpetuação desse ideal. A feminilidade passa a se reconfigurar diante das transformações históricas, dentre elas a Revolução Industrial, a substituição do sistema econômico feudal para o burguês, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Moura e Araújo (2004) chamam atenção para o fato de que o foco ideológico nesse momento era deslocado da autoridade paterna para o amor materno, pois a nova ordem econômica vigente (a ascensão da burguesia) exigia a sobrevivência das crianças como forma de fortalecimento do regime econômico.

A mulher burguesa vai ser “promovida” ao estatuto de principal responsável pelos cuidados e pela educação dos filhos. É nesse momento que se dá sua fixação no lugar de esposa e mãe, pois até então possuía um papel secundário junto aos filhos, sendo igualada a esses na submissão ao pai. (NUNES, 2000, p. 21).

A evocação do ‘amor materno’ vinculado a um pretense ‘instinto materno’, que seria inerente ao sexo feminino, passa então a ser alvo de investimento de diversos setores da sociedade – médicos, educadores, religiosos etc. – com intuito de fomentar na mulher, por meio da pedagogia, a ideia de que ela estaria predestinada à função dos cuidados com os filhos, então denominado cuidado materno.

A construção de um novo perfil feminino se deu juntamente com uma modificação profunda na forma de pensar as diferenças entre homens e mulheres que, a partir do século XVIII, passa a ser vinculada à diferença sexual. O que se observa é um propósito de se atribuir a essa diferença o estatuto de condição fundante da diferença entre gêneros. (NUNES, 2000, p. 29).

Para que a mulher incorporasse o ideal burguês de maternidade foram utilizados discursos que iam desde o setor religioso, convocando a mulher à sacralidade da maternidade, comparável ao papel de Maria mãe de Jesus, passando pelo discurso médico com base na justificativa biológica da formação do sistema reprodutor feminino, até discursos filosóficos como os de Rousseau (1995). Ao colocar a educação e os cuidados primeiros com a criança como responsabilidade das mulheres, este filósofo ao mesmo tempo em que exalta a figura materna, define seu papel na família e na sociedade e apoia-se em uma mistura de biologia e religião para validar seu discurso.

A educação primeira é a que mais importa, e essa primeira educação cabe incontestavelmente às mulheres: se o Autor da natureza tivesse querido que pertencesse aos homens, ter-lhes-ia dado leite para alimentarem as crianças. (ROUSSEAU, 1995, p.9).

Rousseau afirma, de modo geral, que os cuidados domésticos seriam encargo das mulheres, ao passo que o homem teria seu apogeu na vida pública.

Para que a mulher ‘reinasse’ no lar ela precisaria abrir mão de qualquer outra pretensão ou desejo pessoal. Entre os encargos do lar estaria a maternidade (NUNES, 2000). Através da exaltação da figura da mulher-mãe como viga de sustentação da família, com responsabilidades que giravam em torno do cuidado com a casa, o marido e os filhos, o status social da mulher que exercia a maternidade foi redefinido.

Segundo Moura e Araújo (2004, p.47): “A ampliação das responsabilidades maternas fez se acompanhar, portanto, de uma crescente valorização da mulher-mãe, a “rainha do lar”, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico”.

O investimento que foi colocado por esses discursos na mulher e, conseqüentemente, a forma de utilização de seu corpo e construção de seus ideais, gerou uma carga de culpa sobre as mulheres que transgrediam a regra da maternidade e dos cuidados domésticos. Moura e Araújo (2004) argumentam que, ao mesmo tempo em que a “profissão materna” era valorizada, as responsabilidades

e deveres das mulheres que ocupavam esse cargo também cresciam. Apesar disso as mulheres que se recusavam a seguir a ordem vigente da maternidade exclusiva eram patologizadas e estigmatizadas, como podemos ver na citação a seguir:

À medida, porém, que as responsabilidades aumentaram, cresceu também a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, que novamente surgiram no discurso médico e filosófico como inerentes à natureza da mulher. Assim, se por um lado as novas responsabilidades da mulher conferiam-lhe um novo status na família e na sociedade, afastar-se delas trazia enorme culpa, além de um novo sentimento de “anormalidade”, visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia. (MOURA e ARAÚJO, 2004, p.47).

Dentro de um cenário de construção da “boa mãe” entendida como devota e disposta aos sacrifícios para a manutenção do lar e dos filhos, a figura da mulher passou a ser vinculada à submissão tanto na dimensão privada, através da obediência ao poder do marido, quanto o que Alves (2014) chama de “patriarcado de Estado”. O poder do Estado sobre o corpo social, como afirma Foucault (1979), na verdade é exercido sobre o próprio corpo dos indivíduos. Assim, entendemos o corpo da mulher, nesse cenário, como instrumento para a consolidação de um processo de eugenia buscando a produção de sujeitos sadios e competentes para a perpetuação da sociedade.

Em um período em que os ideais de liberdade e igualdade percorriam a Europa e movimentavam a França, o acesso à educação formal passou a ser ofertada também para as mulheres, com a ressalva de a elas a educação trabalhava baseada em disciplinas que buscavam capacitá-las para o exercício doméstico e à maternidade através de profissões que tinham por base o cuidado de enfermos ou a educação de crianças. Pedagogos e médicos formaram uma aliança de modo a ensinar a mulher estritamente o que se julgava necessário para atribuições que a feminilidade lhes proporcionava.

Desse modo, o ensino feminino exaltava a importância e a destinação ao cuidado doméstico, ao passo que buscava fomentar nas mulheres o ‘instinto materno’ que deveria ser aperfeiçoado de acordo com os ensinamentos das especialidades

como a obstetrícia e a pediatria, ambas operadas sob o prisma da puericultura. Ao mesmo tempo em que a Igreja, a medicina e o Estado ressaltavam o fato do instinto materno ser algo natural e intrínseco a toda mulher, tais dispositivos de poder coordenavam o ensino do amor e cuidados maternos, com vias de ‘domesticar’ esse instinto em prol dos propósitos da sociedade. Freire (2009), na citação a seguir, faz uma síntese de qual a intenção da educação direcionada às mulheres ao afirmar que essa teria a função de complementar os ensinamentos que a própria natureza feminina já ofertava.

De maneira geral, a ideia que perpassava todas as propostas de educação das mulheres era a de que esta representaria um complemento à natureza feminina e, ao fim, seria revertida em educação para os filhos. Especialmente no que se refere à educação das filhas, tratava-se de preparar as meninas para exercerem com excelência seu futuro papel de mães. (p.116-117).

No Brasil o processo de transformação da maternidade em uma matéria científica apta à intervenção da medicina e do Estado tomou força a partir da década de 1920 e teve seu auge nos anos de 1940 e 1950, como esclarece Freire (2009). A autora aponta ainda a puericultura como principal ferramenta para a intervenção médica dentro das famílias, essencialmente pela via da educação materna.

A maternidade científica no Brasil teve maior aderência justamente em um período de forte nacionalismo quando ideais de eugenia passaram a nortear as práticas em saúde. A intervenção da saúde nas crianças visava à produção de cidadãos para a nação e as mães foram convocadas a serem as principais aliadas da medicina nessa empreitada.

Assim, a partir, sobretudo, da segunda metade da década de 1920, as páginas das revistas femininas passaram a ser inundadas por artigos – em sua maioria assinados por médicos- com orientações às mulheres sobre a maneira “correta” de exercer sua “mais nobre missão”. O ideário da maternidade científica que fundamentava esses textos foi assumido por médicos higienistas, educadores, mulheres feministas, intelectuais e profissionais dos mais diversos campos, políticos e juristas – todos unidos em torno de uma declarada preocupação com a infância e com o destino da nação brasileira. (FREIRE, 2009, p.126).

Freire (2009) aponta também a parceria da mídia, através de revistas destinadas ao público feminino, ao legitimar a puericultura como a prática médica norteadora para os cuidados materno-infantis. No auge da aderência à maternidade científica no Brasil (1940-1950), foram produzidas também as primeiras políticas de proteção materno-infantil com base nos preceitos médicos (MARINHO, 2011).

A maternidade naturalista e a ‘nova’ boa-mãe

Apresentando-se como uma espécie de força de resistência contra a crescente intervenção médica no processo de maternagem, vem crescendo nos últimos 30 anos uma corrente que é denominada maternidade naturalista. Alves (2014) aponta que a maternidade naturalista se apresenta como um “ideal de sujeito” frente aos processos predatórios da modernidade e traz, junto a isso, uma carga de crítica ecológica frente à sociedade capitalista. De acordo com Badinter (2011) essa prática ganha força em um momento de forte crise econômica onde as mulheres, por sua situação já desfavorecida na área do trabalho, são demitidas em massa e encontram o lar e o cuidado com os filhos como refúgio. Impulsionadas também pelos vestígios da segunda onda do feminismo, que exaltava as diferenças biológicas entre os sexos, essas mulheres adotaram a maternidade como sendo uma atividade com alto grau de importância dentro da sociedade e um ofício para o qual a mulher estaria naturalmente preparada para desempenhar. Se na primeira onda do feminismo a maternidade era considerada um defeito natural da mulher, a segunda onda vem para resignificar a maternidade como simbologia máxima do feminino. Sobre a primeira onda Scavone (2001) relata que:

Em um primeiro momento a maternidade foi reconhecida como um handicap (defeito natural) que confinaria as mulheres em uma bio-classe. Logo, a recusa da maternidade seria o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla, mais completa e, também, pudessem reconhecer todas as outras potencialidades. Por exemplo, a luta política das mulheres francesas, nos anos 1970, para obter a pílula contraceptiva e o aborto como direito político, possibilitou a efetivação desta recusa. A máxima deste movimento era “unenfant, si jeveux, quandjeveux”

[“uma criança se eu quiser, quando eu quiser”], que reivindicava o direito à livre escolha da maternidade. (SCAVONE, 2001, p.139)

E continua ao definir a segunda onda como um momento de completa negação da maternidade como defeito.

A maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam. Neste momento, a reflexão feminista também dialoga com as ciências humanas e sociais: em teses lacanianas, que valorizam o lugar das mulheres na gestação, lembrando que o cordão umbilical, unindo o feto à mãe, é fonte de vida e poder; em teses históricas que resgatam a experiência da maternidade como parte da identidade e poder femininos [...]. (SCAVONE, 2001, p. 140).

Ao abordar a maternidade naturalista Badinter (2011) afirma que esta é um modelo de maternagem³ que se caracteriza pela adoção de práticas que visam um retorno a ideologia do naturalismo, ou seja, a adoção de práticas que aproximam o homem do biologicamente natural. Para tal “a ecologia, as ciências do comportamento que se apoiam na etologia⁴ e um novo feminismo essencialista se unem para o bem-estar da humanidade” (BADINTER, 2001, p.45).

A realização do parto natural e humanizado, por vezes com a participação de uma *doula*⁵, apresenta-se como uma das principais bandeiras da maternidade naturalista, assim como a amamentação prolongada e sob livre demanda. Dentre as posturas adotadas estão também a recusa da utilização de produtos vistos como tóxicos para o meio-ambiente e/ou para a criança, como as fraldas descartáveis, as mamadeiras e alimentos industrializados, entre esses, o leite artificial utilizado como substituto ao leite materno.

Com o intuito de dar respaldo científico para tais práticas, inúmeros sociólogos, psicólogos e, especialmente, pediatras desenvolveram teorias em torno da importância do contato direto e contínuo entre mãe e filho desde os

3 Processo de criação dos filhos que gira em torno da mãe como responsável principal.

4 Ciência que estuda o comportamento animal.

5 A doula, constantemente exaltada entre os entusiastas da maternidade naturalista, é uma profissional que se encarrega de ofertar acompanhamento ‘sentimental, psicológico e físico’ para a mãe durante a gravidez, na hora do parto e frequentemente nos primeiros meses de vida da criança. Interessante ressaltar que a palavra ‘doula’ é de origem grega e

primeiros momentos do nascimento até, no mínimo, o segundo ano de vida da criança, tornando a maternidade uma profissão em tempo integral para a qual a mulher deveria estar completamente disponível.

Teorias como a do vínculo (Bond) (BADINTER, 2001) alertam para a necessidade da promoção do contato entre mãe-criança para prevenir desde a morte súbita do recém-nascido até problemas psicológicos futuros. “Haveria necessidade biológica de ela [a mãe] ser posta em contato físico com seu bebê imediatamente após seu nascimento para que relações satisfatórias se estabelecessem entre os dois” (BADINTER, 2011, p.61). Posturas que seriam naturais para a mulher na medida em que ela seria naturalmente inclinada para o cuidado com os outros através da capacidade da experiência da maternidade. A teoria do vínculo se desenvolveu e ampliou a necessidade do contato mãe-filho como insubstituível e de incontestável importância para o desenvolvimento infantil.

Alguns deduziram que o fracasso do *bonding* no nascimento era a causa dos maus-tratos, ou dos problemas comportamentais da criança. A noção de *bonding* evoluiu e se estendeu. Dos laços que se seguem às horas do nascimento, chegou-se aos que deveriam unir a mãe ao filho durante todo o seu primeiro ano de vida. (BADINTER, 2011, p.62)

As críticas à sociedade hedonista e à extensa medicalização da vida estão na base da promoção do discurso naturalista. A resistência das mulheres em adotar posturas naturalistas de maternidade é vista como manifestação do egoísmo e desnaturalização típicos do século XXI. O chamado “instinto materno”, visto como inato e manifestação da carga genética da nossa posição de mamífero, é evocado para convocar mulheres a assumirem papéis de mãe no modelo naturalista. “É, portanto, necessário revincular a mãe ao filho e despertar seu instinto maternal sufocado tanto pelo poder médico e científico quanto pelo individualismo e consumismo modernos.” (BADINTER, 2011, p.89).

O trabalho de Scavone (2001) em torno do tema da maternidade naturalista aponta que estamos em um momento de “transição de modelos” e em pleno “exercício de não passividade diante das facilidades tecnológicas”. Autores

significa “escrava”, (BADINTER, 2011) termo que foi substituído na era moderna por ‘mulher que serve’ dada a conotação negativa do significado original.

apontam, porém que ao mesmo tempo em que a maternidade naturalista oferece uma espécie de retomada do controle da mulher sobre o próprio corpo e é uma forma de afirmação da feminilidade, também coloca na figura materna o dever moral de responsabilização total sob a saúde dos filhos e o pleno desenvolvimento, inclusive psicológico, dos mesmos (KALIL e COSTA, 2013). Então nos perguntamos: Esse novo dispositivo de subjetivação das mulheres-mães e o crescimento do ‘novo’ modelo não o transformam em ideal de “boa mãe” vigente? Não seria outra forma de normalização comparável a maternidade científica? O que há de novo no novo?

No processo de transição da maternidade científica para a naturalista – dentro de espaços discursivamente autorizados, como grupos de orientação naturalista - vemos emergir cobranças em relação ao sujeito mulher-mãe no seu modo de matinar (apesar dos dois coexistirem, tomamos aqui como prevalente a maternidade naturalista como discurso oficial dessa alternância). Como apontam Kalil e Costa (2013) ao citar a filósofa feminista francesa Elizabeth Badinter (2011) apontam que “ainda que as razões elencadas sejam outras, mantém-se nos dias atuais, a lógica de transformação de costumes por meio do poder de culpabilização da mulher”. Ao construir uma nova imagem de “boa mãe” é produzido um modelo pelo qual a subjetividade da mulher-mãe deve ser guiada e, desse modo, entende-se que as mulheres que não seguem tal modelo sofrem culpabilização pela carga moral que tal modelo acompanha.

Em relação à faceta naturalista das práticas da maternidade Tatagiba (2011) aponta, ao analisar a obra de Elizabeth Badinter (2011), que a maternidade desde os anos de 1980, referente à segunda onda do feminismo em relação à maternidade, vem classificando a maternidade como experiência crucial para a feminilidade.

Scavone (2001) afirma que a segunda onda do feminismo diz respeito a um momento em que o feminismo deixou de ver a maternidade como um defeito natural e a evocam como parte da identidade e poder femininos. A corrente naturalista resgata esse ideal de feminilidade juntamente com a preocupação ecológica e, assim, produz discursos geradores de práticas que revelam uma atualização do modelo de mãe ideal.

Discussão

O conceito de feminilidade é produzido a partir de posturas idealizadas que mesclam ideais de gênero, sexualidade e diretrizes naturalizadas do sexo biológico. A questão da maternidade como característica inerente ao gênero feminino traz consigo a ideia de que toda mulher é heterossexual e anseia por tornar-se mãe, atingindo assim o ápice da feminilidade. Excluem-se assim as mulheres trans, as lésbicas e as que, mesmo heterossexuais e biologicamente capazes de gerar uma criança, escolhem a não maternidade. Identificadas aos significantes que não associam “mulher” ao par “mãe”, normalmente esses sujeitos são identificados como aqueles que se abstêm de amor e dedicação.

Tendo a figura materna um caráter de pureza, as mulheres que renunciam ao prazer e sofrimento voluntário são excluídas dos variados rituais que se sustentam no discurso prevalente. Essas mulheres são vistas como transgressoras, degeneradas, por desviarem-se das regras. A mulher que recusa a maternidade ou a ordem vigente de como exercer a prática materna entra assim no *hall* dos degenerados (FOUCAULT, 1979), sujeitos que seriam um empecilho para a ordem social vigente. Se tomarmos por base que, em nossa sociedade, a finalidade do feminino é a reprodução e a maternidade, a mulher que recusa esse destino está colocando-se como um empecilho para a ordem e, como tal, alvo do poder disciplinador, que vai dos discursos às práticas de controle e vigilância por parte não só do Estado como do próprio corpo social. Podemos perceber isso, por exemplo, nos discursos veiculados em grupos de mães entusiastas do naturalismo em sites de relacionamentos que legitimam o ideal de boa mãe como adepta da maternidade naturalista.

A popularização do discurso ecológico e biologizante da maternidade naturalista a posicionam como um “novo” discurso de poder que incide sobre o corpo social, especificamente sobre um grupo significativo de mulheres-mães - mas sem excluir as outras mulheres que vivem sob a égide do ideal de maternidade compulsória. As mulheres são convocadas a exercer a maternidade com finalidade dupla: promover um ideal de sujeito, no caso da maternidade naturalista, o sujeito ecologicamente correto e ‘humanizado’, exercer sua função

biológica primordial, a de mãe. As mulheres que fogem à regra da maternidade são interrogadas, apontadas e vistas por vezes como mulheres incompletas e/ou egoístas, dentro da sutileza das opressões diárias ofertadas pela sociedade.

Como aponta ainda Foucault (1979) “a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares.”(p.146), ou seja, ao colocar a maternidade naturalista como bandeira de resistência frente à maternidade científica corre-se o risco de substituir um discurso disciplinador por outro. A maternidade científica promove um discurso no qual a maternagem é orientada com base científica e qualquer mulher que desviar das orientações científicas é apontada como uma mãe relapsa e despreocupada com a saúde e bem estar, não só do filho, como conseqüentemente da nação. A maternidade naturalista promove agora um discurso onde as mães que não pautam suas práticas em suas diretrizes são consideradas desnaturalizadas, egoístas e despreocupadas com o futuro não só da nação, como do planeta. Os dois discursos produzem, assim, regras para o correto exercício da maternidade, promovendo modelos discursivos que agem diretamente não só sobre a mulher-mãe, como em todos os setores da sociedade.

A crítica à responsabilização total da mãe sob a criança encontrada nos preceitos da maternidade naturalista feita por Kalil e Costa (2013) é comparável à crítica que pode ser feita ao nascimento da maternidade científica? Essa reposicionava a mulher no papel de figura central nos cuidados ao recém-nascido e amparava tal modelo em justificativas médicas, religiosas, filosóficas e em um pretenso instinto natural (NUNES, 2000). Nos dois casos, o corpo da mulher é tomado como público no sentido de ser palco de intervenções de saberes forjados a moldar sua subjetividade com base em fortes justificativas: o melhor desenvolvimento psicológico do bebê; a criação de vínculo através da amamentação; a saúde física do bebê através da amamentação exclusiva no peito – e obrigatoriamente pela mãe, excluindo-se amas de leite que só devem ser convocadas em último caso após um longo percurso de trabalho para a produção de leite no seio materno. Todos esses preceitos tem por base um ideal de mulher que é “predestinada” à maternidade e tem seu corpo e mente preparados para exercer a função materna

de modo exclusivo, com a dedicação, docilidade e certa dose de resignação. As mulheres continuam, assim, encerradas em seus sexos como justificativa a comportamentos esperados pela cultura na qual estão inseridas.

Reconhecer que a maternidade é um fenômeno cultural, para além do ato biológico de parir, é reconhecer que a formulação de discurso afeta a vida dos sujeitos. Como aponta Laraia (2009):

Mesmo as diferenças determinadas pelo aparelho reprodutor humano determinam diferentes manifestações culturais. Margareth (1971) mostra que até a amamentação pode ser transferida a um marido moderno por meio da mamadeira. E os nossos índios Tupi mostram que o marido pode ser o protagonista mais importante do parto. É ele quem se recolhe à rede, e não a mulher, e faz o resguardo considerado importante para sua saúde e a do recém-nascido. (p.19)

O exemplo trazido pelo autor vai de encontro direto à ideia de ‘naturalidade’ da exclusiva responsabilidade materna sob os cuidados dispensados aos filhos, especialmente aos recém-nascidos, mas também nos mostra que essa ideia que apontamos, de naturalidade, não é natural, mas construída simbolicamente e que imprime fortes implicações ao modelo materno vigente na cultura ocidental atual.

A maternidade é, no mundo ocidental, alvo de inúmeros discursos que buscam intervir nos modos de ser mulher-mãe e conseqüentemente nas formas de organização familiar, exploração da sexualidade feminina e papel social da mulher. O corpo feminino na maternidade é tomado como o corpo público, onde todos, especialmente a medicina e o Estado aliados, intervêm de modo a promover o ‘bem’ para a vida da mulher e da criança.

A politização da maternidade revela uma zona de intersecção entre o privado e o público, em que está em jogo, cada vez mais, o investimento no corpo da mulher-mãe como lugar por onde passa a gestão política da vida na contemporaneidade. (ALVES, 2014, p.4)

Ao mesmo tempo em que a maternidade naturalista faz uma crítica ferrenha as produções de saber sobre o corpo grávido e prega o retorno à natureza, ao parto natural e o aleitamento por livre demanda – carros-chefes desse modelo

discursivo- assistimos o surgimento (e o resgate) de especialidades – cursos para grávidas, contratação de doulas e parteiras etc- assim como técnicas e aprendizagens requeridas para a transformação da mulher moderna em uma “mãe natural”, formulando-se assim novas estratégias de saber-poder sobre o corpo feminino.

O investimento do governo brasileiro na estratégia de ‘naturalização’ do materno, sob a justificativa oficial de melhoria na saúde de mãe e bebê, é também uma construção de saber no sentido das campanhas veiculadas pelo órgão oficial de saúde que preconizam como modelo/norma justificativas de ordem biológica/natural para os processos de maternidade. ALVES (2014), ao remeter-se às campanhas veiculadas pelo Ministério da Saúde em 2008, afirma que:

Diante dos alarmantes dados relativos aos partos de tipo cesariana feitos no Brasil, que representavam, em 2007, 43% dos partos nos setores público e privado, sendo ainda maiores os números praticados pelos planos de Saúde, chegando a 80%, o Ministério da Saúde lança a campanha de incentivo ao parto normal Parto normal: deixe a vida acontecer naturalmente. Invocando um conjunto de aconselhamentos, como “toda mulher nasce pronta pra isso” (para o parto normal) [...] ou “dar à luz é a coisa mais natural do mundo” e “a natureza sabe o que faz”, presentes nos cartazes distribuídos em hospitais e postos de saúde. (p.5)

Desse modo, a campanha do Ministério da Saúde assume um caráter pedagógico e normalizador das condutas das mulheres-mães ao remeter-se a uma ‘naturalidade’ na qual toda mulher estaria ancorada.

Ao considerar o caráter nitidamente pedagógico que a mídia vem assumindo, compreendendo que ela não pode ser encarada como meio veiculador de informações, mas também como produtora de saberes, de formar específicas de comunicar e produzir sujeitos. (MARCELLO, 2005, p.82)

Foucault (1979) afirma que o poder é forte justamente por produzir efeitos positivos no desejo e também no campo do saber. A produção de saber sobre as mulheres-mães e seus corpos reposicionam essas mulheres em um novo patamar, seja como aliadas do saber médico no intuito de serem as redentoras da modernidade e construtoras de uma sociedade sadia, ou como exemplos

máximos de feminilidade e entrega à maternidade como prática natural e libertária com vias a resistir a crescente desumanização dos saberes e práticas. Nos dois casos existem facetas positivas e negativas, a depender no ângulo de crítica do observador e dos ganhos dos sujeitos envolvidos nesses processos.

Durante o processo de construção dessa pesquisa foram visitados alguns grupos em sites de relacionamento que têm por premissa reunir apoiadores, prioritariamente mulheres-mães, entusiastas da maternidade naturalista. Dentro desses grupos, que tinham níveis de radicalismo na adesão e incentivo ao naturalismo como modo de maternagem, encontramos diversos relatos de mulheres a respeito de seus partos e/ou dia-a-dia como mães. Como esse elemento não é foco central de nossa pesquisa, escolhemos trazer apenas a descrição fornecida por esses grupos a fim de promover uma análise sobre essas. Ressaltamos, porém, a necessidade posterior de discutir a fundo os conteúdos veiculados nos mesmos. Em um desses grupos que se denomina como “MATERNIDADE CONSCIENTE” a descrição do grupo é bem clara quanto suas diretrizes:

criação com apego, amamentação continuada, cama compartilhada, contra a violência e discriminação infantil, contra as cesáreas eletivas, contra as cesáreas sem justificativa, a favor do parto natural (sic). Aqui estimulamos a maternidade e paternidade crítica, autônoma, não dependente do pediatra ou de qualquer outra autoridade hegemônica, baseada na reflexão e no questionamento sobre benefícios e prejuízos à dupla mãe-filho/pai-filho. (<https://www.facebook.com/groups/maternidadeconsciente/>)

Observamos aqui posicionamentos claros em relação à quais seriam as atitudes esperadas de uma mãe consciente. Podemos entender que as atitudes esperadas dessa mãe são o parto ‘natural’, a amamentação prolongada, o compartilhamento da cama com a criança e a não violência/discriminação infantil. Condutas que interferem diretamente na utilização do corpo da mulher, além de acompanhar a indicação de uma conduta moral em torno da boa mãe, consciente e crítica.

Outro grupo online visitado, “Mães do Sol”, que promove, inclusive,

reuniões presenciais na cidade de Sobral – Ceará traz também em sua descrição informações a respeito de seu objetivo.

[...] Nasceu do desejo de compartilhar experiências sobre maternagem, paternagem, família, educação, sociedade e parto. Buscamos nos fortalecer assim, nos permitindo ser esse grupo. Queremos uma vida mais saudável, mais próxima do natural, dos valores humanos, mais livre [...]. (<https://www.facebook.com/groups/1482999961923969/>)

As palavras ‘fortalecer’, ‘saudável’, ‘natural’ e ‘humanos’ são pontos no texto do grupo que corroboram com nossas considerações, na medida em que confirmam o projeto da maternidade naturalista em ser uma prática de vida e cuidados que encadeia a saúde à natureza, força e vida, no humano.

Ao analisar as postagens nos dois grupos é possível notar que a maior parte dos membros são mulheres jovens, com filhos recém-nascidos e/ou em idade escolar. As postagens nos dois dão conta desde relatos de parto, dúvidas em relação à amamentação e questionamentos a respeito da ‘normalidade’ dos comportamentos dos filhos (e delas próprias) ao compartilhamento de links relacionados a práticas de maternidade naturalista e artigos que condenam atitudes consideradas incompatíveis com uma mãe naturalista preocupada com o bem estar não só de seu filho como de todo o planeta. Essas mulheres trocam experiências e compartilham dúvidas, mas sempre orientadas pela ideia de busca pelo contato genuíno e da dedicação exclusiva para seus filhos e da importância do bebê em relação a elas.

Por vezes essas mulheres posicionam-se de modo a legitimar as diretrizes da maternidade naturalista e promove-las, entre esses grupos de entusiastas, com uma carga moral que impede qualquer manifestação de crítica ou resistência, que seria vista como uma desnaturalização e um defeito moral. “Assim elas se sujeitam, à medida que produzem elas mesmas a sujeição” (VASCONCELOS, 2012, p.151).

Colocando-as como referentes de força, de êxito e, como que numa engrenagem, conforme afirma Vieira (2013) retroalimentam o modelo de mídia/discurso médico como agenciadores de práticas. Tais mulheres, portanto,

contribuem em seus discursos cotidianos com o movimento desse maquinário.

Parafrazeando Vasconcelos (2012) ao questionar-se em sua pesquisa sobre o papel social que suas entrevistadas desempenhavam e legitimavam ou não em termos de ser mulher-avó, questionamo-nos aqui sobre o papel que as mulheres-mães estão legitimando ao posicionar-se desse modo, servindo como exemplo para outras mulheres. E continuamos com a autora ao questionarmos “Então sempre associadas à sua “natureza” às mulheres resta aceitarem os papéis que lhe dão?” (p.112).

Considerações Finais

A maternidade compreendida por nós como prática cultural é formulada a partir da produção de discursos que buscam ordenar os modos de maternar aceitos em determinadas sociedades e épocas e repudiar práticas consideradas danosas nesses cenários. Ao longo da história ocidental é possível observar como o sexo feminino e o dever materno foram interligados de modo a responder às demandas de diferentes contextos sociopolíticos.

Enquanto na Europa da pré-modernidade a prioridade da mulher era o casamento, a satisfação do marido e o auxílio na proteção e proliferação dos bens materiais da família, com a inauguração da modernidade e a criação de disciplinas sobre o corpo, bem como a reconfiguração de papéis sociais, a mulher passou a ser orientada predominantemente à maternidade como destino principal. A construção do elo de responsabilidade exclusiva da mulher sob os filhos, agora “seus”, passou a figurar como uma das principais bandeiras dos discursos em torno da construção da feminilidade e da separação dos papéis sociais baseados em gênero – entendido até agora como correspondente ao sexo biológico e promovido por discursos predominantes. A mulher e seu corpo tornaram-se então alvo de discursos e práticas de modo a assumir seu papel dito natural no contexto materno.

A produção de saberes e especialidades médicas sobre as mulheres-mães deu margem para à criação da classificação de maternidade científica para designar a prática materna que seguia os preceitos da medicina higienista, o melhor cuidado dos filhos produzindo sujeitos sadios e aptos a dar continuidade ao ideal de homem moderno. A maternidade científica ganhou cada vez mais força e difundiu-se

como prática oficial da cultura ocidental para o maternar.

Surgindo como uma espécie de força de resistência contra a desumanização e o avanço das tecnologias que incidem sob os corpos das mulheres-mães a maternidade naturalista tenta assumir o papel de resgate às práticas naturais de maternar, com base na perfeição e preparo natural do corpo feminino para a experiência da maternidade e, em especial, reagenciando a mulher/mãe e sua cria como personagens principais. Com forte influência ecológica, tal modelo busca orientar as mulheres a um novo modelo de mãe ideal, dotada de preocupação ecológica e esclarecida em relação ao seu preparo natural e força para enfrentar os desafios da maternidade sem recorrer às ditas facilidades e ao mesmo tempo cobranças do mundo moderno, como o desmame precoce como exigência de retorno do mundo do trabalho e/ou a utilização de fraldas descartáveis e alimentos industrializados, que são vistos como mais práticos que o uso de fraldas de pano e a preparação de alimentos em casa.

Apesar de colocar-se em um lugar de resistência, entendemos que a maternidade naturalista, em suas diretrizes, acaba por, assim como a maternidade científica, posicionar a mulher prioritariamente como responsável pela saúde e bem-estar dos filhos. Conclusão essa validada através da análise do posicionamento das mulheres dentro dos grupos “MATERNIDADE CONSCIENTE” e “Mães do Sol”, expostos anteriormente, e da discrepância entre a participação de homens e mulheres nas discussões dos grupos. Desse modo, produzindo um discurso no qual a maternidade é um dever para o qual todas as mulheres estariam inclinadas naturalmente e seriam os personagens principais, em um nível de importância atrás apenas das necessidades da criança. Esse modelo impõe a mulher uma carga moral da qual ela não pode se desvencilhar sem retaliações. A propagação da ideia de maternidade como algo inerente sexo feminino e representação máxima da feminilidade alimenta um ideal de sujeito que mesmo que não partilhado por todas as mulheres, difunde-se no imaginário social de forma a promover cobranças e formular normas em relação aos papéis sociais de gênero.

Pretendemos com essa pesquisa possibilitar um maior acesso e diálogo crítico sobre o tema da maternidade. Analisamos nas práticas discursivas da

maternidade naturalista, com atenção especial no aspecto da autonomia feminina e na produção de papéis sociais e responsabilização da mulher, como e quais forças construíram e constroem o papel da mulher dentro desse processo de maternagem. Buscamos, desse modo, explorar a rede de produção de saber que opera nessas construções a fim de promover um olhar crítico sobre o tema.

Referências

ALVES, K. M. C. V. **A subjetivação da mãe naturalista como modelo: a maternidade como efeito das pedagogias culturais.** Revista Periódicus, 2º ed, p. 1-14, 2014.

_____. **Sensibilidade Ecológica e Autoridade Moral Da Natureza: o Dispositivo Pedagógico da Maternidade Naturalista.** Revista Fronteira da Educação [online], n 2, v. 1, 2012.

AIRÈS, P. **História Social da Criança e da Família.** 2ª ed, São Paulo: LTC, 1981.

BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe.** Rio de Janeiro: Record. 2011.

_____. **Um Amor Conquistado: O mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo.** 4º ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, M. M. L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

KALIL, I. R.; COSTA, M. C da C. **Entre afirmação da feminilidade, dever moral e responsabilidade pela saúde dos filhos: considerações contemporâneas dos estudos de gênero sobre amamentação.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis, Anais... Florianópolis, 2013.

KIMURA, A. F. **A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno.** Rev. Esc. Enf. USP, nº 2, v 31, 1997.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico.** 24ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

MARCELLO, F. de A. **Dispositivos da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas.** Educar, Curitiba, n. 26, 2005.

MARINHO, J. Z. S. **Ser Mulher é Ser mãe: a maternidade como uma atribuição científica.** In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo, Anais... São Paulo, 2011.

MOURA, S. M. S. R. M.; ARAÚJO, M. F. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos.** *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 24, 2004.

NUNES, S. A. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROUSSEAU, J. J. [18--] **Emílio; ou; Da Educação.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais.** *Cadernos Pagu*, n. 16, 2001.

TATAGIBA, A. P. **Projetos profissionais e/ou maternidade. Críticas a um dilema/sofrimento feminino (ainda) contemporâneo.** *Cadernos Pagu*, n 37, 2011.

VASCONCELOS, D. S. **De volta aos embalos de sábado à noite a dança de salão na terceira idade.** 1ª ed, Curitiba: CRV, 2012.

VIEIRA, C. A. L. **Entre Hígia e Afrodite: o corpo feminino veiculado nas revistas de beleza e cuidados corporais.** 2013. 235f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

Recebido em novembro de 2017

Aceito para publicação em maio de 2018